



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº 0005132-39.2013.8.17.0000 (0304181-2)

SUSCITANTE: Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital

SUSCITADO: Juízo de Direito da 2ª Vara da Violência Doméstica Familiar
contra a Mulher da Capital

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI X VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. FEITO DISTRIBUÍDO PARA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER QUANDO DA COMUNICAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. DENUNCIA QUE IMPUTA CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. COMPETÊNCIA DA VARA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não obstante o feito tenha sido distribuído para a Vara de Violência contra a Mulher, quando da comunicação da prisão em flagrante delito, por ter sido o acusado autuado por infração aos arts. 129, § 9º, e 147, CP, se no momento do oferecimento da denúncia foi imputada, na verdade, ao acusado a prática de crime doloso contra a vida, a competência para processar e julgar o feito é da Vara do Tribunal do Júri, nos termos do art. 74, § 1º, do Código de Processo Penal, e art. 87 da Lei Complementar Estadual nº 143 (COJ-PE).

2. Conflito conhecido e julgado improcedente, para declarar competente o Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do conflito de jurisdição nº 0005132-39.2013.8.17.0000 (0304181-2), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por decisão unânime, em julgar improcedente o conflito para declarar a competência do Juízo Suscitante, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 21 de april de 2013.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº 0005132-39.2013.8.17.0000 (0304181-2)

SUSCITANTE: Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital

SUSCITADO: Juízo de Direito da 2ª Vara da Violência Doméstica Familiar contra a Mulher da Capital

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

RELATÓRIO

Trata-se de conflito de jurisdição suscitado pelo Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital relativamente à ação penal de nº 0014210-54.2013.8.17.0001, proposta pelo Ministério Público contra José Juarez Tenório dos Santos Júnior, pela prática do delito tipificado no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal (tentativa de homicídio).

O feito foi distribuído e tramitou inicialmente na 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Capital, juízo ao qual foi comunicada a prisão em flagrante delito de José Juarez, naquela oportunidade autuado por infração ao art. 129, § 9º, e 147, ambos do Código Penal, c/c a Lei nº 11.340/06 (fls. 51 e 57).

Encerrado Inquérito Policial (relatório às fls. 44/46), foram os autos remetidos ao Ministério Público, que ofereceu denúncia (fls. 02/03), apontando José Juarez Tenório dos Santos Júnior como incurso no tipo penal descrito no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal (tentativa de homicídio).

Diante da capitulação dada aos fatos pelo *Parquet* quando do oferecimento da exordial acusatória, a Exma. Juíza da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Capital declinou da competência, determinando a remessa dos autos ao 1º Distribuidor da Capital para que fosse o feito redistribuído entre uma das Varas Privativas do Júri (fl. 59).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Distribuído o feito à 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, o Magistrado suscitou o presente conflito, sob o fundamento de que os fatos narrados na peça exordial não configuram tentativa de homicídio.

Com vista dos autos, a douta Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra do Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho, opinou conhecimento do conflito para declarar competente o juízo suscitante (fls. 75/77).

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Analisando detidamente a questão posta em julgamento, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, entendo que compete ao Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, processar o feito em referência.

Como visto, conquanto inicialmente autuado como incurso nos artigos 129, § 9º, e 147, ambos do Código Penal, c/c a Lei nº 11.340/06, José Juarez Tenório dos Santos Júnior foi denunciado nas penas do art. 121, *caput*, c/c art. 14, II, ambos do mesmo diploma legal.

Narra a denúncia que o acusado, na madrugada do dia 27.02.2013, na proximidades do Mercado Público da Encruzilhada, nesta Capital, *"tentou cravar uma faca peixeira em sua companheira Daniele Conceição de Almeida, somente não o fazendo ante a interferência de terceiros"*.

Relata a exordial acusatória, que *"no dia e local em epígrafe, o denunciado exigiu que Daniele comprasse crack. Como sua companheira não possuía dinheiro, José Juarez levantou a mão e a ameaçou com aquele instrumento. Em seguida deu-lhe um murro, causando-lhe as lesões descritas às fls. 18"*.

2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Ainda de acordo com a peça inicial da Acusação, *“policiais militares, em rondas habituais, ouviram gritos naquele local e para lá se dirigiram, momento em que se depararam com o denunciado, brandindo uma faca e dizendo: ‘Eu vou matar você!’”. Naquela ocasião, contudo, o denunciado foi impedido de continuar a agressão ante a interferência dos milicianos, que apontaram-lhe uma arma e determinaram que soltasse a faca, sendo obedecidos.”*

Como se percebe, diferente da conclusão a que chegou o MM Juiz da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital para considerar-se incompetente, a denúncia descreve, em tese, a prática de uma tentativa de homicídio (art. 121 c/c art. 14, II, CP), tendo sido esta a capitulação dada aos fatos pelo Promotor de Justiça subscritor da exordial.

A partir da leitura da exordial acusatória e das declarações da vítima e das testemunhas prestadas durante o inquérito, percebe-se que a conduta do acusado em relação à ofendida configura, em tese, uma tentativa de homicídio.

Segundo a vítima (fl. 10), o denunciado tentou enfiar a faca em seu peito, mandando-a calar a boca, dizendo expressamente que iria matá-la.

A testemunha Janaína Pereira de Barros, à fl. 09, disse ter presenciado o acusado *“com uma faca para furar a ofendida”*, assim como viu *“ele apertando o pescoço dela e com a faca encostada na barriga dela”*.

Ademais, os elementos colhidos durante a fase investigativa dão conta de que o acusado somente cessou a investida contra a vítima em razão da intervenção dos policiais.

Portanto, nessa fase preliminar, sem que tenha havido a colheita judicial da prova, não há como afastar de plano a configuração de delito contra a vida. Ao contrário, as evidências acima apontadas indicam a prática de delito desta natureza.

Assim, se a denúncia descreve, em tese, um crime doloso contra a vida, a competência para processar e julgar o feito é de uma das Varas do



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



Tribunal do Júri, nos termos do art. 74, § 1º, do Código de Processo Penal, e art. 87 da Lei Complementar Estadual nº 143 (COJ-PE), que assim dispõem

Código de Processo Penal

Art. 74. A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.

§ 1º **Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados.**

Lei Complementar Estadual nº 143

Art. 87 - Compete ao Juízo de Vara do Tribunal do Júri:
I - processar as ações penais da competência do Tribunal do Júri, ainda que anteriores à propositura da ação penal, até a pronúncia, inclusive;
II - preparar as ações para julgamento, conhecendo e decidindo os incidentes posteriores à pronúncia;
III - presidir o Tribunal do Júri.

Na verdade, como destacou a douta Procuradoria de Justiça, no parecer de fl. 75/77:

“[...] se o Douto Magistrado considerar que inexistente crime de tentativa de homicídio, ele deverá se pronunciar no despacho de recebimento/rejeição da denúncia, assim como, se considerar que os fatos apontam para outro crime, deverá desclassificá-lo diante da decisão de pronúncia/impronúncia, esses são os meios cabíveis que poderão levar à incompetência do Tribunal do Júri [...]”.

A propósito, destaco que, recentemente, esta 2ª Câmara Criminal julgou o Conflito de Jurisdição nº 0306969-4, da relatoria do Des. Mauro Alencar de Barros, no qual foi apreciada questão semelhante, inclusive, com as



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

mesmas partes, tendo concluído, à unanimidade votos, pela competência da Vara do Tribunal do Júri, conforme se extrai da ementa do julgamento, *in verbis*:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIME CONTRA A VIDA. ART. 180, IX, DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO. EXCLUSÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESPECIALIZADO DA VARA ESPECIALIZADA DE VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER RELACIONADOS AOS PROCESSOS QUE APURAM A PRÁTICA DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA, SEJAM ELES TENTADOS OU CONSUMADOS. CONFLITO CONHECIDO. DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não há como dizer, nessa fase preliminar, sem que tenha havido a colheita judicial da prova, que indubitavelmente a intenção do réu era a de matar a sua ex-esposa, mas também não há como afastar essa possibilidade, com as evidências acima apontadas. 2. Não há, nesse momento processual, em que sequer a denúncia foi recebida, como determinar se o réu pretendia apenas ameaçar ou lesionar sua ex-esposa, sem a intenção de matá-la ou, ao revés, se desejava realmente ceifar a sua vida. 3. Se há dúvidas sobre a real intenção do réu, estas devem ser apuradas e dirimidas durante a instrução criminal, mas o fato é que, até o momento presente, há indícios de que o réu tenha praticado o crime de tentativa de homicídio. 4. **A narrativa contida na denúncia também aponta para essa conduta, de modo que, a meu ver, o juízo competente para apreciar o presente feito é o da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, nos termos do art. 74, §1º do CPP.** 5. Inteligência das mudanças promovidas pela lei Complementar Estadual nº 143, em vigor desde o dia 18/09/2009, com a nova redação dada ao inc. IX do art. 180, do COJ-PE, que excluíram da competência do referido juízo especializado os



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



processos que apuram a prática de crimes dolosos contra a vida, sejam eles tentados ou consumados. 6. À unanimidade de votos, declarou-se a competência do Juízo suscitante da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, para processamento e julgamento do presente feito. (Conflito de Jurisdição nº 0306969-4, julgado em 10/07/2013)

Destarte, à luz dessas considerações, e acolhendo integralmente o parecer da Procuradoria de Justiça, **conheço do conflito e nego-lhe provimento, para declarar competente o Juízo de Direito da 3ª Vara Tribunal do Júri da Capital, ora suscitante, determinando a remessa dos autos ao referido Juízo.**

É como voto.

Recife 21 de agosto de 2013.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator